

Divulgação: Angela Maria Scalabrin



## Prof.ª. Dr.ª. Angela Maria Scalabrin Coutinho

### Biografia:

Angela Maria Scalabrin Coutinho é professora no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e nos Programas de Pós-graduação em Educação na linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação (PPGE/UFPR) e na linha Educação e Infância (PPGE/UFSC). Foi professora visitante na Université Paul Sabatier, Toulouse – França. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE/UFPR) e no Núcleo de Estudos e Pesquisa da Pequena Infância (Nupein/UFSC). Tem pós-doutorado em Gestão da Política Pública pela Universidade de São Paulo (USP) (2021). Doutora em Estudos da Criança pela UMinho – Portugal, com uma tese sobre a ação social dos bebês, mestre em Educação Infantil e Pedagogia pela UFSC. Na ANPED foi coordenadora do GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos (2019-2020) e está como Vice-presidente Sul (2022-2023). É membro do Fórum de Educação Infantil do Paraná (Feipar/Mieib).

### Entrevistadora:

Rhaisa Naia de Pael Farias (UnB)  
rhaisa.pael@unb.br

## Estudos da Infância no Brasil e sua influência no campo das políticas públicas e práticas pedagógicas

**1. Considerando sua trajetória pessoal e profissional, como você chegou a Sociologia da Infância e aos estudos da ação social dos bebês? Como foi sua experiência fazendo doutorado no exterior tendo sido orientada por uma grande referência no campo?**

**Angela Maria Scalabrin Coutinho** - A minha relação com a Sociologia da Infância começou em 1998. Nessa época eu era estudante no curso de Pedagogia e iniciei a habilitação em Educação Infantil, no último ano do curso. Uma das minhas professoras era a Ana Beatriz Cerisara (Bea), que depois se tornou minha orientadora no mestrado. A Bea trabalhava com Fundamentos da Educação Infantil, uma disciplina que tinha uma perspectiva interdisciplinar e um dos textos que lemos e discutimos foi “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo”. Quando comecei a ler esse texto, escrito por Manuel Sarmiento e Manuel Pinto (1997), tive uma identificação imediata, pois os autores sistematizam, em um único texto, muitas questões que vínhamos debatendo no conjunto de disciplinas voltadas à formação docente para a Educação Infantil, especialmente o questionamento de uma visão universal de criança e de infância. A entrada na habilitação em Educação Infantil coincidiu com a minha entrada no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Pequena Infância (Nupein/UFSC), à época Núcleo de Estudos e Pesquisas de Crianças de 0 a 6 anos (NEE0a6). Então tive a oportunidade de seguir lendo materiais da Sociologia da Infância, os primeiros apresentados pela professora Maria Luiza Belloni e depois acessados via interlocução direta com o grupo da Universidade da Minho, em especial, o professor Manuel Sarmiento, com quem passamos a dialogar. A chegada ao tema da ação social dos bebês ocorreu nesse percurso formativo, eu estava em contato com as crianças na creche e lendo materiais da Sociologia da Infância, e

a ausência de abordagens que incluíssem os bebês me incomodava. Na creche, os bebês me mobilizavam a problematizar as teorias sociológicas, mesmo aquelas que questionavam a perspectiva negativa em torno das crianças e afirmavam sua agência e competência social, pois os bebês seguiam invisíveis nessas abordagens. Então, em 2000 entrei no mestrado com a intenção de pesquisar a produção cultural dos bebês. No campo, me deparei com situações em que os bebês agiam socialmente, especialmente a partir da interação entre eles, e que confrontavam com os modos adultos de organizar o cotidiano, essas situações eram bastante expressivas nos momentos de sono, higiene e alimentação. Nessa pesquisa desenvolvi uma etnografia no contexto da creche, com o uso de instrumentos audiovisuais, a fotografia e o vídeo. Após a defesa da dissertação em 2002 trabalhei como professora na creche e no Ensino Superior, concomitantemente, e algum tempo depois acabei optando pelo Ensino Superior, dada a exigência de ambos os espaços de atuação docente. No Ensino Superior sempre fui professora de estágio, o que me permitia seguir em contato com as crianças, desde bebês, e o fato de permanecer no núcleo de pesquisa e seguir estudando o referencial não só da Sociologia da Infância, mas do campo dos Estudos da Infância, me levou a em 2007 iniciar o doutoramento na Universidade do Minho sob a orientação do professor Manuel Sarmento. A minha pesquisa foi a primeira desenvolvida no campo da Sociologia da Infância focalizando os bebês, o que é interessante, pois justificava a sua importância, contudo, esse fato trazia uma grande responsabilidade ao estudo que estava desenvolvendo e revelava o lugar (ou o não lugar) dos bebês no campo. A minha inserção no doutorado em Estudos da Criança foi um divisor de águas em minha vida. Tive a oportunidade de fazer disciplinas específicas do campo Sociológico, como Teoria Sociológica, com o professor Manuel Carlos Silva, e Sociologia da Infância, com o meu orientador e com a professora Natália Fernandes, o que me influenciou grandemente na escolha do referencial weberiano para a compreensão da ação social dos bebês. Mais uma vez optei por um estudo etnográfico e a convivência por 1 ano e 4 meses com os bebês e adultos da creche me permitiu escrever uma tese que hoje avalio que poderia ter apresentado outros elementos de análise, mas que situa um debate inicial e bastante importante, porque ainda não realizado, sobre a ação social dos bebês. A orientação do professor Manuel Sarmento foi fundamental, ele sempre me dizia que não entendia de bebês, mas que essa parte ele sabia que eu daria conta, e que ele poderia contribuir com a Sociologia da Infância, o que de fato fez e de modo magistral. As ausências que hoje identifico na tese são próprias daquele período, em que eu vivia um processo de imersão em um campo que pouco dominava, o sociológico, com uma problemática de estudo bastante nova, a ação social dos bebês, e olhando para bebês em um contexto específico. Outro ponto era a preocupação em abordar a ação social dos bebês no contexto da creche, ou seja, o meu lugar sempre foi a Educação. Nesse sentido, ampliei o diálogo ao realizar dois estágios doutorais em dois contextos distintos: em Florença na Itália, onde tive a oportunidade de desenvolver observações em três creches da rede pública municipal, e em Barcelona, onde além de visitas em creches, tive a oportunidade de realizar discussões com pesquisadoras da

Universidade de Barcelona e da Associação Rosa Sensat. Todas estas interlocuções foram fundamentais para a minha constituição como pesquisadora e para a construção da tese, que segue me acompanhando nos processos de pesquisa e de formação de professoras.

## **2. Já se passaram mais de dez anos da defesa da sua tese. Como você caracterizaria o campo dos Estudos da Infância no Brasil quando você defendeu seu trabalho e agora?**

**Angela Maria Scalabrin Coutinho** - Essa é uma questão difícil de responder, mas tentarei sistematizar alguns pontos de análise. Em 2010, quando defendi a minha tese na Uminho, no Brasil já havia uma presença importante do campo dos Novos Estudos da Infância, essa constatação é decorrente da identificação de um uso significativo do referencial teórico e metodológico do campo dos Estudos da Infância em trabalhos apresentados na Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a publicação do livro Antropologia da Criança, da Clarice Cohn em 2006, o desenvolvimento da Geografia da Criança e das Infâncias, especialmente identificada na produção de Jader Janer Moreira Lopes, uma produção consistente no campo da História da Infância, da Pedagogia das Diferenças. Eu fiz questão de demarcar que se trata do campo dos Novos Estudos da Infância, porque no Brasil, nós temos estudos pioneiros que podem ser considerados como pertencentes ao campo dos Estudos da Infância, como o estudo de Florestan Fernandes sobre as culturas infantis na cidade de São Paulo na década de 1940 e o estudo de Virginia Bicudo, na década de 1950, sobre as relações raciais, focalizando como a escola segmenta seus espaços por meio das atitudes de seus agentes, no qual ouviu crianças entre 9 e 15 anos e suas famílias. Hoje conseguimos olhar para estes estudos, assim como o livro organizado por José de Souza Martins nos anos 1980 que reúne um conjunto de estudos sobre as infâncias exploradas, como constituidores de um campo de estudos que focalizava a infância, embora em escala pouco expressiva e de modo pontual. O “novo” campo que se fortalece a partir dos anos 1980, com uma visível mudança paradigmática, chega logo em seguida ao Brasil, por meio, especialmente, das publicações em língua portuguesa do grupo de Sociologia da Infância de Portugal. A partir desse movimento e da inserção de várias pesquisadoras e de pesquisadores em grupos europeus e norte americanos que se vinculam aos Estudos da Infância, da tradução e publicação no Brasil de textos basilares do campo, da vinda de pessoas importantes dos Estudos da Infância a atividades no contexto brasileiro, observamos uma presença cada vez mais ampliada e contínua nas pesquisas com/sobre crianças e infâncias no Brasil. As mudanças que observo, na minha percepção, podem ser divididas em dois grupos: um relativo a uma crítica contundente quanto à pertinência de perspectivas do norte do mundo para discutir as infâncias do sul do mundo. Compreendo que essa crítica tem fundamento, afinal as infâncias do sul do mundo têm marcas e problemáticas que nem sempre são consideradas em estudos no norte do mundo, seja porque estas se diferem nesse espaço

geopolítico, seja porque há uma tendência de os estudos neste contexto olharem para questões que lhe são próprias e seguirem reproduzindo um conhecimento eurocentrado. Por outro lado, também tenho compreendido que as discussões basilares apresentadas pelo campo dos Novos Estudos Sociais da Infância foram centrais para que nós, do sul do mundo e aqui demarco especialmente do Brasil, pudéssemos seguir com as nossas pesquisas atualizando e situando essas discussões a partir das nossas problemáticas, que implicam categorias que atravessam as infâncias que não são consideradas do mesmo modo pelo conhecimento hegemônico do campo, como pertencimento étnico-racial. A segunda mudança é relativa ao modo como os Estudos da Infância figuram em nossas pesquisas, pois não se trata de apenas mobilizar conceitos, orientações metodológicas, perspectivas, mas de desenvolver estudos que de fato se situam no campo, o que tem implicações onto-epistemológicas. Dos desafios presentes nesse processo, destaco a garantia do caráter interdisciplinar e a coerência entre os princípios, as concepções, as escolhas metodológicas, éticas e as análises. Identifico que temos avançado e temos apresentado contribuições significativas ao campo, mas precisamos seguir atentas e atentos para não cair em um uso fragmentado e utilitarista das contribuições do campo dos Novos Estudos Sociais da Infância.

### **3. Quais seus apontamentos para que a professora de creche desenvolva um trabalho pedagógico baseado na ação social dos bebês?**

**Angela Maria Scalabrin Coutinho** - Eu tenho feito o exercício de pensar a relação entre a compreensão dos bebês como atores sociais e a docência a partir do encontro entre bebês e adultos. Importante destacar que quando anunciamos o bebê como alguém que age socialmente, que essa ação é mobilizada pela presença de outro(s) e destacamos a presença do outro bebê nesse processo, não estamos deixando os adultos de fora. Pelo contrário! Os bebês agem socialmente na relação com seus pares, com os adultos, com o espaço, com as materialidades, com o tempo, com os significados produzidos e que sustentam a sua presença nos diferentes contextos. Desenvolver um trabalho pedagógico que reconheça e potencialize a ação social dos bebês parte de um profundo respeito por aquilo que cada bebê porta, a garantia de condições de interação entre os bebês e deles com todo o acervo material e simbólico que permite (res)significar o mundo, uma disponibilidade ética e afetiva na relação constituída com eles. Me parece que se trata mais de dar um passo atrás, no sentido de que ao invés de intervir precisamos escutar, acolher esse bebê com toda a sua potência e reconhecer, ao mesmo tempo, que nem todos os bebês têm as mesmas condições para exercer a sua agência. Isso requer uma postura crítica, um compromisso político com o direito dos bebês de vivenciarem a sua infância protegidos de processos de discriminação, preconceitos, racismo e com condições de acessar aquilo que lhe é direito em um contexto coletivo de educação e cuidado. Parece-me que a crítica à visão normativa de criança e infância encontra ainda limitado respaldo nas pesquisas que temos desenvolvido, o que não significa que,

estudar as práticas pedagógicas, a organização dos espaços e dos tempos, o currículo, a relação das crianças com a cidade, dentre outros temas, não seja relevante. Mas temos conseguido desenvolver análises que problematizem, tensionem e revelem os marcadores de subalternidade que incidem nas infâncias de muitas crianças?

### **4. Na sua perspectiva, o que significa pensar a infância a partir diferentes contextos e seus contrastes? Os Estudos da Infância podem contribuir nessa reflexão?**

**Angela Maria Scalabrin Coutinho** - Penso que eu já apresentei alguns elementos da minha compreensão sobre a infância em diferentes contextos e as implicações para os Estudos da Infância, mas vou aproveitar para destacar um outro ponto, que é pensar a infância no singular e no plural e já adianto que os Estudos da Infância podem contribuir com ambas as perspectivas. Nos últimos anos, especialmente de 2017 para cá, minhas pesquisas têm focalizado a discussão sobre infância e desigualdades sociais e essa focalização tem me exigido pensar as dimensões dessa relação, que se revelam em nível macro, meso e micro, e as escolhas teórico-analíticas. Nesse sentido, a consideração da infância no singular, como categoria geracional que se mantém na estrutura da sociedade, como uma construção histórico-social, é fundamental. As críticas a essa visão macro-estrutural da infância são recorrentes, mas advogo a favor dela no sentido que, a análise da infância a partir dos fatores de homogeneidade seja conjugada a perspectivas meso e micro, que abarcam fatores de heterogeneidade, que compreendem a relação das infâncias em contextos institucionais distintos e atravessada por marcadores sociais como etnia, raça, classe, gênero, geração, idade, dentre outros. A identificação de diferentes vertentes teórico-analíticas no campo dos Estudos da Infância nos ajuda, didaticamente, a compreender que há escalas de análise possíveis e necessárias, campos epistemológicos e teóricos distintos, mas que compreender quais e como elementos da estrutura social afetam a infância enquanto categoria geracional distinta das demais e analisar fenômenos sociais que caracterizam as diversas infâncias não são processos incompatíveis, pelo contrário, são necessários. A grande questão nesse debate é o quanto conseguimos avançar na análise que intersecciona esses eixos de submissão que caracterizam as infâncias, para utilizar o vocabulário mobilizado pela Kimberlé Crenshaw quando esta apresenta a interseccionalidade como categoria política e analítica. Esse esforço é identificado em pesquisas desenvolvidas em grupos que têm se dedicado ao estudo da infância a partir de marcadores da diferença e desigualdade, mas não está colocado para todas as pessoas que fazem pesquisas com/sobre as crianças e as infâncias, nem mesmo em um plano de compromisso político.

**5. Outra área de atuação que você tem grande incidência refere-se à avaliação de contexto na Educação Infantil. No panorama atual brasileiro temos duas preocupações latentes quanto a esta etapa educacional, o acesso e a qualidade. Faltam vagas, principalmente na creche, e pouco sabemos sobre as realidades experienciadas pelas crianças**

**nessas instituições. Você acredita que os Estudos da Infância podem informar as políticas públicas e contribuir no enfrentamento às desigualdades de acesso e qualidade à Educação Infantil? De que maneira?**

**Angela Maria Scalabrin Coutinho** - Na minha compreensão acesso e qualidade não estão dissociados, em um país como o Brasil em que apenas 37% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso à creche, este se apresenta como um primeiro elemento de qualidade. Soma-se a ele, infraestrutura adequada, profissionais com formação, carreira, salário e valorização condizente com a profissão, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, oferta de vaga próxima ao local de moradia, quantidade de crianças por professor/a que favoreça as relações, dentre outros que têm sido apontados como fundamentais à definição do que seria um padrão de qualidade da Educação Infantil. Quando referimos os aspectos relativos a condições objetivas da qualidade, que se baseiam em parâmetros que buscam assegurar um padrão de oferta para todas as crianças em território nacional, aferir se são garantidos ou não se torna mais possível por meio de levantamento em larga escala. Mas, quando referimos a aspectos subjetivos da qualidade, aqueles que variam de acordo com as concepções de cada pessoa e contexto, esses precisam ser acessados e considerados de modo situado, dialógico e formativo. Deste ponto de vista, podemos pôr em relação os princípios e métodos implicados nos processos de avaliação de contexto, em que o confronto de pontos de vista, a participação democrática e formação são centrais e o princípio que as crianças são atores sociais de direitos, basilar no campo dos Estudos da Infância, e que reivindica a centralidade das crianças na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Ou seja, a garantia do acesso

à Educação Infantil significa respeitar um direito inalienável das crianças, que é responsabilidade do Estado, e que deve ser cumprido com uma oferta que garanta padrões de qualidade, sejam eles objetivos ou subjetivos, o que requer um acompanhamento constante da oferta. Do ponto de vista da equidade, poderíamos agregar a reflexão sobre quem são as crianças historicamente excluídas do campo dos direitos, aquelas que ao invés de ter uma atenção diferenciada por parte do Estado e da sociedade, acabam sofrendo múltiplos processos de exclusão: as crianças negras, indígenas, moradoras de determinadas regiões do país, de bairros populares, de famílias com baixa renda... Retomando a minha resposta anterior, se conseguirmos avançar no campo dos Estudos da Infância no desenvolvimento de estudos interseccionais, poderemos contribuir com o campo das políticas públicas ao revelar os múltiplos processos de subordinação e exclusão de determinados grupos sociais, nos quais as crianças figuram. Me parece que a ideia de criança potente, ator social, que tem uma opinião a dar sobre as coisas que lhe dizem respeito, direta ou indiretamente, segue constituindo uma discursividade politicamente correta e cada vez mais presente no campo da retórica, pois se as crianças, desde bebês, de fato fossem consideradas, ouvidas e seus direitos respeitados, o cenário seria muito diferente. Mas, ainda que a transformação social não siga o mesmo passo da discursividade, nem ousar dizer que a pesquisa, pois mesmo essa, na minha análise, ainda é incipiente no que diz respeito, efetivamente, à consideração do ponto de vista das crianças, não podemos deixar de defender que as crianças sejam ouvidas, seus direitos respeitados e sua presença considerada. Essa é uma luta ainda em disputa, e nós pesquisadoras e pesquisadores do campo dos Estudos da Infância somos importantes aliados. ■